



Processo Administrativo nº 017/2022.

Requerente: Guilherme Madeira de Melo

Requeridos: Adonis da Silva Ferreira (Juiz de Pista)

Cristóvão Jackson Pimenta Forte (Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Guilherme Madeira de Melo, através do Termo de Abertura de Processo Administrativo, encaminhado ao e-mail da ABVAQ na data de 27/05/2022.

Na denúncia o requerente atesta, em síntese, ao julgar o boi do competidor Raylander, senha 1227, durante a vaquejada do Haras São Pedro, na cidade de Governador Edson Lobão/MA., os juízes da pista e da alternativa, respectivamente, Srs. Adonis da Silva Ferreira e Cristóvão Jackson Pimenta Forte, julgaram seu boi zero, **em desacordo com a “regra do apoio das 4 patas”**.

Diante de suas alegações, o requerente pleiteou o julgamento do boi pela ABVAQ e, após verificação no erro de julgamento, que aplicadas as punições cabíveis aos profissionais envolvidos nos julgamentos do boi em questão.

Diante da denúncia recebida, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

De pronto, foi requerido encaminhado Notificação à Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ, para elaboração do parecer técnico, devendo, para tanto, solicitar às imagens da referida apresentação, de acordo com as



normas contidas no Regulamento Geral de Vaquejada e no Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ.

Na data de 30/06/2022 o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ juntou aos autos parecer (fls. 08 a 13).

Os requeridos foram intimados para apresentarem defesa. Contudo, mantiveram-se inertes. Limitando-se o requerido Cristóvão Jackson Pimenta Forte a encaminhar via Whats App (fls. 22), na data de 13/07/2022, 02 fotos, buscando demonstrar o momento em que o boi se firma.

Entendendo haver necessidade de novos esclarecimentos, uma vez que o parecer encaminhado pelo Comitê de Julgamento de Boi, na data de 30/06/2022, limitou-se a analisar a questão da regra dos 50%, o Presidente da Comissão Disciplinar exarou despacho (fls. 25), solicitando do Comitê de Julgamento de Boi um parecer complementar, com esclarecimentos acerca do momento em que o boi se firma, se ocorreu entre as faixas de pontuação ou fora.

Na data de 27 de julho de 2022 o Comitê de Julgamento de Boi juntou aos autos novo parecer técnico, afirmando, em sua conclusão que: ***"As imagens mostram que o corpo do boi saiu mais de cinquenta por cento para fora da faixa de pontuação, muito embora, tenha se firmado entre as faixas. Desta forma, o julgamento proferido pelo juiz de pista, Sr. Adones, foi desalinhado com o que recomenda a ABVAQ, no item 11 alínea g.2, do Manual de julgamento de boi, onde deveria o juiz de pista ter passado o boi para ser julgado pela comissão alternativa, já que se trata de uma questão de 50% e o boi se firmou entre as faixas. Na alternativa, o resultado foi correto, já que o Sr. Cristóvão, juiz da alternativa, julgou zero (0). Tendo em vista que o corpo do boi saiu mais de cinquenta por cento (+ de 50%) para fora da faixa de pontuação, zero (0) é o resultado justo para esta apresentação. Portanto, mesmo o boi tendo se firmado entre as faixas, não valerá para ponto, uma vez que seu corpo saiu mais de cinquenta por cento para fora da faixa. Assim sendo, o julgamento final desta apresentação, foi equânime e alinhado com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ"***.

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:



De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos e o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ elidem a necessidade de produção de novas provas.

No que pese a não apresentação das defesas pelos requeridos, esta comissão reconhece a revelia dos mesmos, contudo, entende necessário e prudente avaliar os seus respectivos efeitos, com base nas provas colecionadas aos autos.

Como não foram suscitadas questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

A denúncia, de forma inicial, versa sobre suposto julgamento equivocado pelo juiz de pista e sua ratificação pela comissão alternativa, sob a alegação fática de que não fora observada **"a regra do apoio das 4 patas!"**.

Nos parece claro que inconformismo do requerente é em razão da inobservância da regra contida no Parágrafo Quinto, do art. 19, do RGV, bem como o art. 11, alínea "a", do Manual de Julgamento de Boi da ABAQ.

Reza o Parágrafo Quinto, do art. 19, do Regulamento Geral de Vaquejada:

"Art. 19 – (...)

Parágrafo Quinto: O boi deverá ser julgado quando estiver totalmente firmado, jamais, alavancado." (grifos nossos)

Já o artigo 11, e sua alínea "a", do Manual de Julgamento de Boi, estabelece:

"Art. 11. Só será válido o boi, se o mesmo em algum momento da ação do puxador, ao deitar-se no solo, se soltar completamente e, ao levantar-se (considerando "levantar-se" como o momento em que o boi retorna o contato das extremidades de suas 4 patas com o solo, ou seja, o casco de cada uma delas tocar o solo e se firmar completamente) estiver com as patas entre as duas faixas de pontuação.



a) **O boi deverá ser julgado quando o mesmo estiver em pé, depois das 4 (quatro) patas firmadas, jamais no momento em que o boi tirar a barriga do solo. Boi alavancado não pode ser considerado firmado e, portanto, não pode ser julgado."**

(original sem grifos)

Não resta dúvida em relação ao momento exato que deve ser proferido o julgamento do boi quanto ele foi deitado entre as faixas. As citadas normas estabelecem que o boi deverá ser julgado quando se firmar, ou seja, quando suas 04 (quatro) patas retornar o contato com o solo, ou seja, "o caso de cada uma delas tocar o solo e se firmar completamente".

Analisando as imagens, da forma natural, sem utilização dos meios tecnológicos que se tem a disposição, em primeiro momento, nos pareceu que o boi ao se firmar colocou uma das patas dianteiras sobre a faixa de pontuação.

Esse, inclusive, foi o entendimento dos juízes, já que o Sr. Cristóvão, apesar de não apresentar defesa, encaminhou 02 (duas) fotos a esta Comissão (fls. 22) justamente mostrando que o boi ao se firmar estava com a pata dianteira sobre a faixa.

Só após, verificação das imagens em câmera lenta e pelos dois lados das filmagens (tecnologia que dispõe a comissão alternativa), verificamos claramente que o boi de fato se firmou entre as faixas de pontuação, o que por este motivo, em princípio seria válida a apresentação.

Dessa forma, face à necessidade de utilização de equipamentos tecnológicos para proferir um julgamento correto do boi ao se firma, entendemos que sob esse aspecto, não há que se falar em punição a ser aplicada ao juiz de pista (Adonis). Já em relação ao juiz da alternativa, por este ter à sua disposição os equipamentos necessários, podendo, inclusive, rever as imagens por várias vezes e de ângulos diferentes, entende esta comissão que sob esse aspecto, ou seja, o momento que o boi se firmou, o juiz da alternativa (Sr. Cristóvão) proferiu julgamento em desacordo com o RGV e MJB da ABVAQ, já que, conforme se observa nas imagens e no parecer apresentado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ (fls. 28 a 33), o boi firmou-se entre as faixas de pontuação.

4



Ultrapassado a questão do momento em que o boi se firmou, passamos a analisar a regra dos 50% previstas no Parágrafo Segundo do art. 19 do Regulamento Geral de Vaquejada, *in verbis*:

"Art. 19. (...) "

Parágrafo Segundo: Após adentrar na faixa de pontuação e se soltar completamente, se o boi ficar com no máximo, metade (50%) ou menos para fora, será permitido aos competidores trabalhar a fim de reposicionar o animal entre as faixas, desde que não haja pisoteamento do bovino."

Sobre esse tema, o Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, traz, na alínea "g" do art. 11, de forma bem detalhada, como devem se posicionar os juízes, tanto o da pista, quanto os da comissão alternativa, conforme se observa nas disposições abaixo transcritas:

"Art. 11. (...) "

g) Em caso de segundo cal, em que se precisa julgar se o boi saiu ou não mais de 50% deverá o juiz de pista proceder da seguinte forma:

g.1 Dentro dos 30 segundos previstos no regulamento geral da ABVAQ, caso o boi se levante fora do segundo cal, será julgado zero pelo juiz de pista;

g.2 Caso o competidor consiga reposicionar o boi para que se levante entre as faixas ou se o boi permanecer imóvel no prazo de 30 segundos, o boi deverá ser remetido à comissão alternativa, sem ônus para o vaqueiro, para que seja julgado a questão dos 50%.

g.3 A comissão alternativa verificando que o boi estava com menos de 50% para fora, validará o boi, independentemente de onde o bovino se firme, do contrário, permanece zero."



A redação acima é bastante clara quando diferencia, neste caso, em parte as atribuições dos juizes de pista e da alternativa. Estabelecendo limites a ambos no que diz respeito ao julgamento do boi no chamado caso de 50%.

Em relação ao juiz de pista, observa-se que o mesmo **NÃO** pode julgar se o boi passou ou não mais de 50% da segunda faixa de pontuação. Isso não quer dizer que o juiz fique impedido de efetuar julgamento zero por outro motivo, ou seja, se o juiz de pista entender que o boi, independente de ter passado ou não mais de 50%, firmou-se fora da área de pontuação, julgará zero por este motivo, não pela análise dos 50%.

Por outro lado, seguindo o mesmo exemplo acima, entendo o juiz de pista que o boi firmou entre as faixas, mas tem dúvida se o mesmo ao ser deitado ultrapassou a segunda faixa em mais de 50%, deve se abster de pronunciar o julgamento, encaminhando o boi à comissão alternativa, que deverá proferir o julgamento final.

No caso em julgamento, conforme já discorrido nesta decisão, ficou claro que o entendimento do juiz de pista foi no sentido de que o boi ao levantar se firmou fora da área de pontuação, por esta razão julgou zero a apresentação.

Nesse caso, errou o juiz de pista ao julgar zero a apresentação, não pela questão do boi ter ultrapassado, ao ser deitado, mais de 50% da segunda faixa de pontuação, **mas pelo fato do boi, ao se firmar, tê-lo feito entre as faixas.**

Contudo, mesmo reconhecendo o erro do juiz de pista (Sr. Adonis), não nos parece justo impor-lhe uma penalidade, já que este teve que julgar o boi no exato momento em que se firmou, sem a utilização de qualquer amparo tecnológico, e, como visto, analisando a imagem ao natural pode parecer que o boi se firmou sobre a faixa de pontuação.

É importante destacar que, se o juiz de pista tivesse firmado julgamento zero pela questão dos 50% (o que não foi o caso), a este seria justa e necessária aplicação de penalidade, já que, conforme dito, essa análise da regata de 50% cabe apenas à comissão alternativa.

No que pese ao julgamento proferido pelo juiz da comissão alternativa, entende esta comissão que foi equivocado em relação ao momento em que o boi se firma (conforme já fundamentado em linhas passadas). Já em relação a regra dos 50%, de fato o boi ao ser deitado ultrapassou com mais de 50% a segunda faixa de pontuação, o que configura zero a apresentação.

Dessa forma, em relação ao juiz da alternativa, é forço reconhecer que o mesmo errou ao fundamentar, em princípio, o seu julgamento como tivera



o boi se firmado em cima da faixa de pontuação, quando na verdade o boi firmou-se entre as faixas de pontuação.

Por outro lado, há de se reconhecer que o julgamento correto final da apresentação em análise é de fato ZERO, uma vez que o boi ultrapassou mais de 50% do seu corpo a segunda faixa de pontuação. Não havendo, portanto, que se falar em prejuízo aos competidores por erro de julgamento.

Diante do exposto, esta Comissão, por unanimidade, julga procedente a denúncia para aplicar pena de advertência ao requerido Cristóvão Jackson Pimenta Forte (Juiz da Alternativa), considerando sua primariedade e tomando por base os fundamentos expostos nesta decisão. Já em relação ao juiz de pista, Sr. Adonis Da Silva Ferreira, mesmo reconhecendo erro no julgamento proferido pelo citado requerido – referente ao zero dado quando o boi se firma – deixa de aplicar-lhe qualquer penalidade, **conforme fundamentação exposta em linhas passadas.**

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do Presidente, os autos devem voltar a esta Comissão para o devido prosseguimento.

João Pessoa/PB., 01 de agosto de 2022.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão